



4045 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA DA TERRA
Marilene Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
Tereza Simone Santos de Carvalho - ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Agência e/ou Instituição Financiadora: SECADI/MEC

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA DA TERRA

O texto tem como objetivo analisar contribuições do Projeto Escola da Terra através do curso de aperfeiçoamento para professores de turmas multisseriadas. Traz reflexão sobre o projeto em Sergipe. A metodologia utilizada foi a Pedagogia da Alternância que busca interação entre o conhecimento científico e a realidade do cotidiano. Resultado: participação de 340 Professores do ensino multisseriado e quilombola; 11 Estudantes de graduação e pós graduação; elaboração de 54 projetos de intervenção.

Palavras Chave: Ensino Multisseriado – Educação do Campo – Escola da Terra

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA DA TERRA

Introdução

No âmbito da implementação de políticas que visem melhorar a qualidade da educação brasileira, o Ministério da Educação-MEC tem fomentado ações junto aos Estados e municípios com esse fim por meio de programas e projetos no âmbito da formação docente, aquisição de equipamentos e materiais dentre outros. A educação do campo tem sido contemplada através do Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo.

O Pronacampo tem como principal objetivo: Apoio técnico e financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios na implementação de políticas de educação do campo, na perspectiva de ampliar o acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, através de ações para a melhoria da infraestrutura dos sistemas escolares, formação inicial e continuada de professores, produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola.

Para garantir a efetividade de suas ações e objetivos o Pronacampo se estrutura em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação inicial e continuada de professores, educação de jovens e adultos e profissional, e infraestrutura física e tecnológica. É no eixo II formação inicial e continuada de professores que está o Programa Escola da Terra objeto desse texto.

Lançado em 2013 pelo MEC através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, o Programa Escola da Terra foi implementado, inicialmente, em treze Estados. Em 2017, com a reabertura para novas adesões ao programa, mais de 20 Estados da federação, em parceria com universidades, institutos e sistemas municipais de educação, desenvolveram o curso de aperfeiçoamento para professores pelo Programa Escola da Terra. O Estado de Sergipe esteve entre eles num projeto piloto que atendeu um terço da demanda de formação continuada para os professores que atuam na educação do Campo.

O presente texto tem como principal objetivo analisar as contribuições do Projeto Escola da Terra Sergipe através do curso de aperfeiçoamento para professores de turmas multisseriadas e quilombolas. Nele pretendemos apresentar uma reflexão sobre o Programa no estado de Sergipe, com enfoque nas formações. Para tanto, além da descrição técnica do desenvolvimento do Programa, apoiamo-nos em registros documentais como cadastros, relatórios, pautas das reuniões, temáticas trabalhadas nos encontros formativos como bem nos projetos de intervenção elaborados pelos professores cursistas.

Estruturamos o texto em duas partes além dessa breve introdução e das considerações finais. Na primeira parte destacamos o Programa Escola da Terra com seus objetivos, abrangência e especificidades. Na segunda, a formação docente e o projeto piloto Escola da Terra na experiência sergipana.

Programa Escola da Terra: traços e conceitos

O Programa Escola da Terra/MEC, desenvolvido no âmbito da SECADI, tem como objetivo ampliar e qualificar a oferta de Educação Básica e Superior às populações do campo por meio da formação continuada dos professores que atuam nas escolas do campo, nas turmas multisseriadas dos anos iniciais do Ensino Fundamental e em escolas de Comunidades Quilombolas. Propõe, como principal estratégia, a escolarização de crianças, jovens e adultos por meio da utilização de recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento e a valorização do contexto sociocultural do aluno.

Foi instituído através da Portaria n. 579, de 2 de julho de 2013, como forma de implementação do Pronacampo. O dispositivo legal delibera sobre competências administrativas, objetivos e composição do programa:

Art. 1º Fica instituída a Escola da Terra como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, por meio da qual o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e com as prefeituras municipais, reafirma e aprofunda o compromisso previsto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo (BRASIL, 2013, p. 1).

Quanto à composição do programa a portaria estabelece os seguintes componentes: "formação continuada e acompanhada dos professores que atuam em escolas do campo; materiais didáticos e pedagógicos; monitoramento e avaliação; gestão, controle e mobilização social". (BRASIL, 2013, p. 1).

No componente formação continuada o Programa Escola da Terra prevê um mínimo de 180 horas de formação, divididas segundo a metodologia da Pedagogia da Alternância, em tempo universidade e tempo comunidade.

Curso de aperfeiçoamento para todos os professores e tutores com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas, divididas em dois períodos formativos: aquele de frequência ao curso, denominado tempo-universidade, e aquele dedicado a atividades realizadas em serviço, com o acompanhamento dos tutores, denominado tempo escola-comunidade. (BRASIL, 2013, p. 1).

A formação continuada tem o intuito de fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas aos povos do campo, respeitando sua especificidade e tornando a aprendizagem mais significativa. Compreendida como um elemento fundamental na garantia do direito educacional de crianças e jovens, a formação docente precisa dar conta dos desafios que o ensino multisseriado e quilombola representam na atualidade. Nesse sentido o programa Escola da Terra, amparado legalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), prioriza, na formação continuada, conteúdos, metodologia e materiais que se constituam em potenciais instrumentos que nos leve a compreender e implementar um ensino multisseriado com qualidade para as crianças do campo.

Formação continuada para classes multisseriadas

Gestada no bojo dos Movimentos sociais, a Educação do Campo, surge como contraponto à educação tradicional, outrora denominada de rural, a qual tinha como objetivo preparar mão de obra e servir ao mercado. Assim, a Educação do Campo, segundo Caldart (2011)

identifica uma luta pelo direito de todos à educação; e mais, "educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura, às suas necessidades humanas e sociais. (...) Como direito não pode ser tratada como serviço nem como política compensatória; muito menos como mercadoria. (p.149-150)

A escola do campo trabalha com a combinação metodológica entre os processos de ensino e de capacitação, com vistas à apreensão de conteúdos formativos socialmente úteis. O ensino resulta em saberes teóricos; a capacitação em saberes práticos. Para tanto a realidade é tomada como base para a produção do conhecimento.

Diante do exposto, percebemos que para atuar na escola do campo, o professor necessita de formação condizente com: princípios, natureza, além de conhecer a realidade do campo, incluindo contexto social e cultural. Dados do Dossiê MST Escolas, o "professor deve participar ativamente do trabalho, das reuniões, das festas do assentamento" (MST, 2005, p.53). Para enfrentar os desafios postos pelo processo educacional, exige-se do professor além de conhecimento da realidade, criatividade, ousadia e espírito de pesquisa. Portanto, a formação docente é fundamental para garantir condições de intervenções e transformações pedagógicas nas escolas do campo.

A importância de formação continuada defendida por pesquisadores da área (PIMENTA: 1997; IMBERNÓN: 2010; LIBANEO, 2010) já é assegurado como direito também pela legislação educacional vigente. Tal necessidade agrava-se quando tratamos dos professores que atuam em escolas do campo, especialmente nas turmas multisseriadas. Estudos sobre as escolas do campo indicam, segundo Hage (2005) "que as escolas exclusivamente multisseriadas passaram de 62.024 em 2002 para 50.176 em 2006; as matrículas no mesmo período de 2.462.970 para 1.875.318; representando 60,6% dos estabelecimentos de ensino e 32,4% da matrícula no meio rural do país". Indicam ainda que no Brasil 71,37% das escolas tem turmas multisseriadas e representam 22% das matrículas totais no campo.

Aliado a dados tão representativos, há uma conjuntura desfavorável a participação de processos formativos para os professores que atuam nas escolas com turmas multisseriadas. A relevância, portanto, em implementar propostas de formação que atentem para essa especificidade da educação do campo. As escolas multisseriadas e unidocentes são um desafio às políticas públicas do campo, uma vez que apresentam um quadro da ausência do Estado e de gestão deficitária, bem como, esvaziamento do conteúdo teórico desenvolvido em seu interior. A formação continuada aliada a outros aspectos pode se constituir em alternativa para melhorar a qualidade da educação dessas escolas especificamente dos anos iniciais do ensino fundamental

Em Sergipe, o programa Escola da Terra foi desenvolvido no formato piloto num período de seis meses (10/2017 a 03/2018). Participaram do projeto professores de turmas multisseriadas e escolas quilombolas de 14 municípios num total de 340 professores. O projeto foi organizado em seis módulos de formação de 30 horas cada um, totalizando 180 horas ao final.

A metodologia utilizada foi a Pedagogia da Alternância que busca a interação entre o conhecimento científico e a realidade que é vivenciada no cotidiano, de forma a promover permanente processo de troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o ambiente escolar. Garantido ao estudante o protagonismo de sua formação (GIMONET, 2007). Assim, os módulos eram divididos em dois períodos formativos: o tempo universidade, curso presencial com 20 horas, e o tempo comunidade com 10 horas, dedicado às atividades realizadas pelos professores cursistas, nas escolas, com o acompanhamento de tutores.

No tempo universidade os principais temas de estudo abordados foram: trabalho educação e emancipação humana; fundamentos, princípios e concepções pedagógicas da educação do campo e quilombolas; o ensino multisseriado, o planejamento escolar e a ação docente. No tempo comunidade os professores tinham o desafio de articular os conhecimentos adquiridos no tempo universidade para a comunidade escolar produzir um diagnóstico da realidade e elaborar um projeto de intervenção para implementação no ano letivo seguinte.

A formação tem o caráter de fortalecer e instrumentalizar os educadores para uma educação do campo, na perspectiva de compreender a aprendizagem de maneira mais filosófica com aprofundamento interdisciplinar dos eixos temáticos, planejamento integrado dos tempos Escola e Comunidade, avaliação, entre outros. Segundo Freire (1996), a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação

Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablabá e a prática, ativismo. Daí a importância da formação continuada. Especialmente, para professores que atuam nas turmas multisseriadas e quilombolas que historicamente tem sido relegadas nas políticas de formação docente.

Considerações e resultados

A escola requerida pelos movimentos sociais do campo é um importante instrumento para fortalecer a luta e a resistência na defesa do território camponês. Essa escola necessita superar estrutura e forma da escola moderna; requer a participação de todos os sujeitos desde a organização curricular até a gestão administrativa e pedagógica. Na proposta pedagógica da escola do campo, um dos princípios fundamentais é a relação entre prática e teoria.

Os processos de ensino e aprendizagem devem partir da realidade. Realidade que se materializa no meio em que vivem, com problemas, desafios e possíveis alternativas. O conhecimento escolar precisa estar atrelado às demandas e necessidades efetivas da comunidade; tal conhecimento deve contribuir para que compreendam e intervenham no mundo.

O desenvolvimento do projeto Escola da Terra Sergipe oportunizou relevantes processos de troca e compartilhamento de conhecimentos entre os professores cursistas, os estudantes de graduação e pós graduação que participaram como bolsistas, monitores, formadores, voluntários, entre outros.

Foram 340 Professores da educação do campo em formação continuada; 09 Estudantes de graduação interagindo e articulando teoria e prática na troca com os professores da educação básica; 02 Estudantes de pós graduação interagindo e refletindo sobre os desafios da educação básica, especificamente sobre o ensino multisseriado e quilombola. Um dos resultados mais relevantes do projeto foram os 54 projetos de intervenção elaborados pelos professores cursistas no tempo comunidade nas escolas onde lecionam.

A participação dos professores e a demanda reprimida que não foi possível atender, evidenciou a necessidade de políticas permanente de formação continuada, especialmente, para professores da educação do campo que não tem na formação inicial, os desafios do território camponês priorizado no currículo das graduações. A implementação de projetos desse tipo contribui para promover a interação entre escola e comunidade, relacionando os seus problemas, suas potencialidades e a sua história, no processo educativo contextualizado, identitários, humanizado e emancipatório. **Referencias:**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Brasília, Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. **Portaria Nº 579 de 02 de Julho de 2013: Institui a escola da Terra.** Brasília: MEC/SECADI, 2013.

CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção**. In: ARROYO, Gonzalez Miguel; CALDART; Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, J. C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HAGE, Salomão M. (Org). **Educação do Campo na Amazônia: retratos das escolas multisseriadas no estado do Pará**. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg, 2005.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente** São Paulo: Cortez, 2010.

MST. **Dossiê MST Escolas: documentos e estudos 1990-2001**. 1. ed. Caderno de Educação nº 13. Edição Especial Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária– ITERRA, 2005 <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/caderno-de-estudo/mst-caderno-da-educa>>. Acesso em 27 de julho 2018.

PIMENTA, Selma Garrido. **Didática e Formação de Professores – percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal** São Paulo: Cortez, 6 ed. 1997.